

Construções (coordenadas) adversativas e construções (subordinadas) adverbiais concessivas: pontos de contato e de contraste

(Adversative constructions and concessive constructions:
areas of overlap and contrast)

Renata Margarido¹

Centro de Comunicação e Letras – Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

renata_mrg@hotmail.com

Abstract. The paper aims at comparing adversative constructions (with *but*) and concessive constructions (with *although*) based on the theory of functional grammar. The results show that, on the one hand, there are areas of overlap between adversative constructions and concessive constructions as they display “relation of preference” (GARCÍA, 1994); on the other hand, the areas of contrast between these constructions result from specific functions fulfilled by a concessive element, such as “margin” (LONGACRE, 2007), “satellite” (DIK, 1989; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1988), “enhancement” (HALLIDAY, 2004), “guidepost” (CHAFE, 1984 apud DECAT, 1993), “background” (GIVÓN, 1990) and “theme” (GARCÍA, 1994).

Keywords: Theory of Functional Grammar; Adversative Constructions; Concessive Constructions.

Resumo. Com base na teoria funcionalista da linguagem, o objetivo deste trabalho é estabelecer uma comparação entre as construções adversativas (com *mas*) e as construções concessivas (com *embora*). Os resultados alcançados mostram que, por um lado, os pontos de contato entre essas construções se relacionam especialmente à “lei da preferência” (GARCÍA, 1994); por outro lado, os pontos de contraste entre elas são decorrentes da condição particular de “margem” (LONGACRE, 2007), “satélite” (DIK, 1989; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1988), “realce” (HALLIDAY, 2004), “guia” (CHAFE, 1984 apud DECAT, 1993), “fundo” (GIVÓN, 1990) e “tema” (GARCÍA, 1994) das adverbiais concessivas.

Palavras-chave: Teoria Funcionalista da Linguagem; Construções Adversativas; Construções Concessivas.

Introdução

O objetivo deste trabalho é estabelecer pontos de contato e de contraste entre as construções “coordenadas” adversativas com *mas* e as construções “subordinadas” adverbiais concessivas com *embora*.

Baseia-se, aqui, na teoria funcionalista da linguagem, segundo a qual a língua deve ser analisada levando-se em conta as condições discursivas em que se dá o seu uso. Assim, na análise das adversativas e das concessivas, os fatores sintático e semântico são integrados ao componente pragmático.

Levando-se em consideração esses aspectos, a hipótese que norteia esta pesquisa é a de que os pontos de contato entre as adversativas e as concessivas se relacionam especialmente à “lei da preferência” (GARCÍA, 1994) e os pontos de contraste entre

¹ Este trabalho faz parte de uma dissertação de mestrado que foi desenvolvida com o apoio da FAPESP.

elas são decorrentes da condição particular de “margem” (LONGACRE, 2007), “satélite” (DIK, 1989; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1988), “realce” (HALLIDAY, 2004), “guia” (CHAFE, 1984 apud DECAT, 1993), “fundo” (GIVÓN, 1990) e “tema” (GARCÍA, 1994) das adverbiais concessivas.

A seguir, apresentam-se algumas considerações teóricas, que orientarão a análise das construções adversativas e das construções concessivas.

Construções “coordenadas” (adversativas) e construções “subordinadas” adverbiais (concessivas)

É fato conhecido que, nas gramáticas tradicionais (CEGALLA, 1994; ROCHA LIMA, 1994), estabelece-se fortemente uma dicotomia entre “coordenação” (“independência”) e “subordinação” (“dependência”). Os autores funcionalistas, em geral, colocam em xeque essa dicotomia estabelecida, pois consideram que esses processos sintáticos não são categorias estanques.

Givón (2001, p. 328) questiona a determinação de uma separação rígida entre “coordenação” e “subordinação” porque, para ele, nenhuma oração presente em um discurso coerente é completamente independente de seu contexto local (relação estabelecida entre orações adjacentes) ou global (contexto discursivo mais amplo).

Hopper e Traugott (1994), também questionando tal dicotomia estabelecida tradicionalmente, propõem que três grupos de relações se apresentam em um *continuum*, que pode ser assim representado:

Parataxe	→	Hipotaxe	→	Subordinação
- dependência		+ dependência		+ dependência
- encaixamento		- encaixamento		+ encaixamento

Na parataxe, as orações possuem relativa independência; na hipotaxe, as orações são relativamente dependentes, pois há um núcleo e uma ou mais sentenças que não podem ocorrer isoladamente; na subordinação, há dependência total entre as orações, pois a margem (a oração subordinada) é inteiramente encaixada num constituinte do núcleo. De acordo com tal tipologia, as “coordenadas” correspondem às construções paratáticas e as “subordinadas” adverbiais correspondem às construções hipotáticas.

Halliday (2004), ao tratar da articulação de orações, faz referência ao sistema lógico-semântico, mas, da mesma forma que Hopper e Traugott (1994), estabelece três tipos de processos sintáticos.

Halliday (2004) postula que há dois sistemas que determinam a maneira pela qual as orações se relacionam, o grau de interdependência e o da relação lógico-semântica:

- 1) Sistema do grau de interdependência (sistema tático):
 - a) Parataxe (orações de mesma natureza): um elemento dá início à estrutura oracional e outro dá continuidade a ela.
 - b) Hipotaxe (orações de natureza distinta): um elemento é tido como dominante e outro como dependente na estrutura oracional.

2) Sistema da relação lógico-semântica:

- Expansão²: a segunda oração expande a primeira por meio de elaboração, extensão ou realce.
- Elaboração: uma oração expande a outra especificando ou exemplificando.
- Extensão: uma oração expande a outra acrescentando informações novas ou oferecendo alternativas.
- Realce: uma oração expande a outra qualificando-a com circunstâncias de tempo, lugar, causa, condição, concessão.

Os sistemas de grau de interdependência e de relação lógico-semântica estão inter-relacionados, sendo determinadas, assim, diferentes combinações. De acordo com a classificação proposta, a construção adversativa corresponde à relação paratática de extensão e a construção concessiva equivale à relação hipotática de realce.

Halliday (2004) distingue as relações táticas das relações de encaixamento: aquelas são relações entre orações e estas correspondem a um processo no qual uma oração ou um sintagma funciona como um constituinte **dentro** da estrutura de um grupo, que, por sua vez, é um constituinte de uma oração.

Matthiessen e Thompson (1988) aceitam o postulado de Halliday (2004) de que existem dois tipos de articulação de oração no sistema tático (parataxe e hipotaxe), mas contemplam as orações em um âmbito discursivo. Para os autores, o texto é composto por componentes denominados unidades retóricas do discurso. Essas unidades podem apresentar dois tipos de relações, de núcleo-satélite e de listagem, que correspondem, respectivamente, à distinção gramatical entre hipotaxe e parataxe. Na relação de núcleo-satélite, tal como na de hipotaxe, um membro da estrutura oracional é ancilar do outro e, na relação de listagem, assim como na de parataxe, nenhum membro é ancilar do outro.

Atendo-se especificamente à relação de núcleo-satélite, Matthiessen e Thompson (1988) salientam que, nessa relação, certas porções do texto (os núcleos) representam os objetivos centrais do emissor e outras (os satélites) trazem os objetivos suplementares.

Dik (1989), tal como Matthiessen e Thompson (1988), atribui ao elemento adverbial o caráter de “satélite”. O autor faz a distinção entre argumento (elemento requerido pelo predicado) e satélite (elemento que traz informação opcional).

Longacre (2007) atribui um papel semelhante ao de Dik (1989) ao elemento adverbial, denominando-o de “margem”. Para o autor, a sentença é formada por núcleo (parte característica da sentença) e margens (elementos subordinados às partes sentenciais restantes).

A partir do que foi exposto, fica patente que as construções estudadas têm graus diferentes de integração sintática, o que não significa que possa ser estabelecida uma separação rígida entre elas. Observa-se, ainda, que a oração hipotática adverbial concessiva, por ser satélite (ou margem), possui uma função que lhe é particular: a de atuar como uma porção que se encontra em um diferente “nível” em relação àquela que lhe serve de núcleo, sendo, portanto, elemento adicional na frase. Mostra-se, também, que, na análise das construções “coordenadas” adversativas e das construções “subordinadas” adverbiais concessivas, alia-se o aspecto sintático ao discursivo.

² Desconsidera-se, aqui, a relação de projeção, que não será tratada neste trabalho.

A condução argumentativa nas construções adversativas e nas construções concessivas

Nesta seção, passa-se a tratar da natureza argumentativa das construções adversativas e das construções concessivas, o que permitirá contemplar, sobretudo, as afinidades existentes entre elas.

Ducrot (1981) diz que a frase pode conter expressões que, além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, conduzindo o destinatário a uma certa direção. É o caso das adversativas e das concessivas.

Ducrot e Vogt (1980) mostram que, na construção adversativa, o *mas* conduz a conclusões contrárias. Na frase *Ele é inteligente, mas estuda pouco* (DUCROT; VOGT, 1980, p. 104), o argumento da proposição *p* (*ele é inteligente*) aponta para a conclusão *r* (*estuda bastante*) e o argumento da proposição *q* (*estuda pouco*) aponta para uma conclusão não-*r* (*não estuda bastante*), ou seja, contrária à conclusão *r*.

A construção concessiva também pode ser representada por esse esquema argumentativo, como aponta Camarero (1999, p. 189). Na frase *Embora um perigo desta nova medicina seja o fato de ela provocar em alguns uma visão simplista e enganosa da natureza humana, seu objetivo principal é admirável [...]*, o argumento da proposição *p* (*esta nova medicina de bem-estar pode forjar uma visão simplista e enganosa da natureza humana*) orienta para a conclusão *r* (*esta medicina pode ser prejudicial*), mas o argumento da proposição *q* (*seu objetivo principal é admirável...*) conduz para a conclusão não-*r* (*esta medicina é benéfica*).

A diferença fundamental entre a adversativa e a concessiva, como aponta Camarero (1999), está no argumento que se destaca: em geral, a oração adversativa traz argumento forte (aquele que se faz prevalecer) e a oração concessiva apresenta argumento fraco (aquele que não se faz prevalecer).

Além disso, cada construção constitui uma estratégia argumentativa particular. Guimarães (1981) considera que a estratégia do *mas* é a de frustrar a expectativa e a do *embora* é a de manter a expectativa. Na estrutura *A, mas B*, diz-se algo que pode ser assumido como argumento válido e, em seguida, nega-se a validade de tal argumento, pois se apresenta outro argumento que aponta para a conclusão oposta. Na estrutura *Embora B, A*, ao contrário, apresenta-se um argumento para uma conclusão já antecipando que prevalecerá o outro argumento que será apresentado.

Por outro lado, as adversativas e as concessivas se assemelham por serem ambas incluídas na “lei da preferência” (GARCÍA, 1994). A preferência pode ser explicada da seguinte maneira: o ouvinte entende um certo sentido ilocucional emitido pelo falante e acrescenta a disposição de responder de uma certa maneira no turno seguinte segundo seu conhecimento das convenções sociais e das circunstâncias.

No caso das concessivas, na relação concedente (oração adverbial concessiva) + concedido (oração nuclear), o concedente, que revela o conjunto de convenções sociais e culturais, preferiria o contrário do que é dito no elemento concedido. No entanto, o sujeito da enunciação, que também participa do sistema de preferências, pode ter uma preferência individual, contrária à social. Assim, na frase *Embora neve, sairei* (GARCÍA, 1994, p. 169), a oração concessiva ativa a ideia de que nevar é, segundo as convenções sociais e culturais, condição para impedir que alguém saia, e a oração nuclear expressa uma antipreferência

(não é a preferência social que se mantém, mas a individual), desautorizando a ideia ativada na oração precedente.

No caso das adversativas, não é a relação de antipreferência (restrição desprezada) que se mantém, mas a de preferência (restrição mantida). Na frase *Ele ganha pouco, mas trabalha* (GARCÍA, 1994, p. 348), o que se impõe é a preferência representada pela implicação que se extrai do segmento adversativo (não está parado, tem trabalho).

A partir do que foi explicitado, nota-se que ambas as construções estudadas são argumentativas, sendo incluídas na lei da preferência. Por outro lado, cada construção constitui uma **estratégia** argumentativa particular.

A organização das construções adversativas e das construções concessivas no fluxo de informação

De acordo com Chafe (1987), o fluxo de informação se refere ao modo como o conteúdo do enunciado é empacotado e apresentado ao interlocutor. Essa organização de enunciados se dá de acordo com as intenções comunicativas do locutor.

Um dos aspectos do fluxo de informação que tem sido discutido diz respeito ao estatuto informacional: faz-se distinção entre informação conhecida – que é textualmente/situacionalmente evocada ou que é inferível a partir de entidades já evocadas ou outras entidades inferíveis no discurso – e informação não conhecida – que é introduzida pela primeira vez no discurso (PRINCE, 1981).³

É consenso entre autores funcionalistas, como Givón (1990) e Chafe (1984 apud DECAT, 1993), que, no fluxo de informação, segue-se o princípio de ordenação linear: em geral se parte de uma informação conhecida para uma informação não conhecida. Isso levaria a pensar, por exemplo, que a oração adversativa, por ocorrer sempre na posição posposta, traz geralmente informação não conhecida e que a oração adverbial concessiva, por poder aparecer em diferentes posições sintáticas, apresenta informação conhecida quando vem em posição inicial e informação não conhecida quando ocorre em posição final. Mais adiante, mostra-se que isso pode ser questionado.

Outro aspecto referente ao fluxo de informação é o relevo informativo, representado pelo par *figura* (linha principal do enunciado) / *fundo* (porção adicional) (GIVÓN, 1990). McClure e Geva (1983) indicam que *but* (*mas*) introduz informação saliente (atuando como figura) e, *although* (*embora*), informação menos saliente (funcionando como fundo). Tal fato não surpreende, pois, geralmente, a oração adversativa introduz argumento forte e a oração concessiva traz argumento fraco.

Na questão do fluxo de informação, estão envolvidas também as funções discursivas desempenhadas pelos segmentos, como a de “guia” e a de “adendo” (CHAFE, 1984 apud DECAT, 1993).

A informação trazida na oração adverbial anteposta pode atuar como “guia”, orientando o conteúdo que será veiculado no segmento subsequente da construção. Por

³ Prince (1981) propõe as categorias *informação nova*, *evocada* e *inferível*, determinando subcategorias para cada uma delas. Aqui, o par *informação conhecida* / *informação não conhecida* é utilizado para fins metodológicos.

outro lado, como mostra Decat (1993), a posposição das hipotáticas adverbiais, como decorrência da necessidade de realçar/emoldurar, faz com que certas ocorrências se assemelhem a adendo, que constitui uma pós-reflexão sobre aquilo que já foi enunciado. Saliente-se, no entanto, que, das funções referidas, é especificamente a de guia que é particular das hipotáticas adverbiais (concessivas), pois se manifesta em segmentos que aparecem na posição inicial. Por outro lado, a função de adendo também pode se manifestar no segmento adversativo, como mostra Martelotta (1998).

Para a comparação entre as adversativas e as concessivas, é considerada, ainda, a relação *tema/remã*. Consoante García (1994), o tema é caracterizado prioritariamente por ser conhecido e subsidiariamente por ser inicial, ao passo que o remã se define prioritariamente por ser não inicial e subsidiariamente por ser novo.

García (1994) mostra que expressões como *tinha medo / me dominei* são organizadas de duas maneiras: com ênfase no **tema** (*embora tivesse medo, me dominei*) ou no **remã** (*tinha medo, mas me dominei*). Dessa forma, a opção pelo uso de uma das construções tem a ver com as estratégias utilizadas: ou se reitera um tema implícito (caso das concessivas) ou se reforça um remã implícito (caso das adversativas).

Essas questões aqui tratadas demonstram que, quando está em questão o fluxo de informação, as adversativas e as concessivas podem ser comparadas no que diz respeito à distribuição de informação (elemento conhecido/ elemento não conhecido), ao relevo de informação (figura/fundo), à articulação tema/remã e às funções discursivas.

Análise das construções adversativas e das construções concessivas em editoriais

Na análise a ser empreendida, que tem como objetivo comparar as adversativas com *mas* e as concessivas com *embora*, selecionaram-se editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

Coletaram-se editoriais do dia 12 de novembro de 2007 ao dia 31 de dezembro de 2007, totalizando 172 editoriais. Esse recorte, no entanto, não se mostrou suficiente, pois o número de concessivas (36 ocorrências) foi bem inferior ao de adversativas (315 ocorrências). Devido a isso, recorreu-se a um *cópus* de controle (com 72 ocorrências de concessivas), que, juntamente com o inicial, totaliza 336 editoriais.

A opção por editoriais se deu pelo fato de esse gênero discursivo ser essencialmente argumentativo, o que, em princípio, favoreceria a ocorrência das adversativas e das concessivas, para observação mais ampla desse campo de expressão.

Segundo Armañanzas e Noci (2000), no editorial, deve-se tomar partido, mostrando o que está bom ou ruim no mundo a fim de convencer o leitor. Acrescente-se que, como diz Santamaría (1990 apud Armañanzas; Noci, 2000), o bom editorial requer a competência do leitor em relação aos três estilos da retórica literária: descritivo, narrativo (encaminhados à seleção de dados) e argumentativo (que proporciona ao leitor o conhecimento retórico mais que lógico). Tais estilos são o que Travaglia (2002) denomina de tipos de texto: descritivo (caracteriza-se; diz-se como é), narrativo (relatam-se os fatos) e dissertativo (busca-se avaliar, expor ideias para dar a conhecer).

Cada tipo textual apresenta, em primeira instância, uma função predominante, de acordo com o gênero no qual se insere. Segundo Neves (no prelo), há funções como a constativa, a avaliativa/opinativa, a questionadora, a relativizadora e a justificativa.

Outra consideração a se fazer é a de que, nas porções dos textos, como se mostrou anteriormente, encontram-se tanto informação conhecida quanto informação não conhecida.

Levando-se em conta esses aspectos, na análise dos dados observam-se o tipo textual, a função textual e o estatuto informacional presentes em ambos os segmentos das construções estudadas para identificar as motivações de uso de cada uma delas. Ademais, verifica-se se o segmento concessivo e o adversativo manifestam alguma função discursiva, fazendo com que se produzam efeitos de sentido particulares. Nesse exame, considera-se, ainda, o uso argumentativo dessas construções, tratando-se das possíveis estratégias utilizadas pelo locutor para reforçar argumento defendido.

Construções adversativas e construções concessivas: inserção textual e uso argumentativo

Volta-se, aqui, aos tipos textuais – o dissertativo, o narrativo e o descritivo (TRAVAGLIA, 2002) – para vê-los no editorial. Por outro lado, também já se indicou que os tipos textuais cumprem certas funções, como a constativa, a avaliativa/opinativa, a justificativa e a relativizadora (NEVES, no prelo).

A primeira observação a se fazer é referente ao critério identidade x não identidade de tipo textual e função textual nos segmentos das adversativas e das concessivas.

Nas adversativas, em relação ao tipo textual, verifica-se que em 95% dos casos (298 ocorrências) há identidade de tipo textual nos segmentos e em 1% (4 ocorrências) não há identidade. Identificaram-se, ainda, 4% de adversativas (13 ocorrências) nas quais o critério identidade x não identidade de tipo textual não é verificável. Nesse último caso, a porção inicial da construção adversativa apresenta mais de um tipo textual por constituir um conjunto de enunciados ou um parágrafo (ou parte dele). Aí a natureza paratática das adversativas influi, pois é próprio dos segmentos paratáticos unir porções maiores do texto (dada a relação “frouxa” estabelecida entre os segmentos).

A maior frequência de adversativas que trazem identidade de tipo textual nos segmentos se deveria ao fato de que essas construções estabelecem um contraste, o que envolve, necessariamente, uma comparação entre elementos. É de esperar que os elementos comparados tenham alguma aproximação entre si (que pode estar centrada, por exemplo, no tipo textual), embora sejam contrastados.

Nas concessivas se destaca a identidade de tipo textual, que está presente em 100% das ocorrências (no *cópus* inicial e no de controle). Isso também poderia ser explicado pela natureza contrastiva da construção concessiva, no entanto, nesse caso, o caráter hipotático das concessivas também influi de forma determinante, pois não há casos em que não há identidade e em que o critério identidade x não identidade não seja verificável. Isso se justificaria pela existência de maior integração sintática entre os segmentos da construção concessiva, dado o seu caráter hipotático (adverbial).

Quanto à função textual, há 82% de adversativas (258 ocorrências) e 72% de concessivas (26 ocorrências) que apresentam identidade de função nos segmentos. No

cópus de controle, a porcentagem relativa às concessivas se aproxima daquela presente no cópus inicial: há 75% de casos (54 ocorrências) com identidade de função nos segmentos, o que confirma, assim, a diferença observada entre essas construções. Acredita-se que há mais casos de adversativas com identidade de função textual pelo fato de os segmentos dessas construções apresentarem a mesma função sintática, não havendo, assim, uma hierarquia entre eles. Nas concessivas, por outro lado, há uma hierarquia entre os segmentos, representada pela presença de margem e núcleo.

Visto isso, passa-se a tratar dos tipos textuais e das funções textuais presentes nas adversativas e nas concessivas para observar de que forma as particularidades de cada construção influem na determinação de diferentes efeitos de sentido.

Em relação aos tipos textuais, nas adversativas, o mais frequente é o dissertativo (há 215 ocorrências, que correspondem a 72% dos casos), depois vem o narrativo (há 55 ocorrências, que equivalem a 18% dos casos), seguido do descritivo (há 28 ocorrências, que correspondem a 9% dos casos).⁴ Nas concessivas, o tipo dissertativo é o predominante (há 27 ocorrências, que equivalem a 75% do total), depois aparece o narrativo (há 6 ocorrências, que correspondem a 17% do total) e, por fim, o descritivo (há 3 ocorrências, que correspondem a 8% do total). No cópus de controle, há 78% (56 ocorrências), 14% (10 ocorrências) e 8% (6 ocorrências) de concessivas com tipo dissertativo, narrativo e descritivo, respectivamente.

Como se vê, as porcentagens obtidas não diferem tanto de uma construção para outra, o que já era de esperar. O tipo dissertativo seria predominante pela natureza essencialmente argumentativa do editorial (e das próprias construções estudadas) e o narrativo apareceria com relativa frequência porque, no editorial, relatam-se os fatos ocorridos (contextualizando-os) para, em seguida, opinar sobre eles.

Feitas essas observações, interessa observar os efeitos de sentido produzidos em cada construção. Para tanto, passa-se a analisar ocorrências de adversativas e de concessivas que trazem o tipo textual predominante no cópus: o dissertativo.

Nota-se que, na maioria das adversativas e das concessivas com tipo dissertativo, a função textual predominante é a avaliativa/opinativa: ela aparece em 79% das adversativas e em 70% das concessivas (no cópus inicial e no de controle). Tal resultado se explicaria pelo fato de que, no editorial, para justificar um ponto de vista, deve-se apresentar avaliações sobre os fatos relatados. Vejam-se estas ocorrências:

(01) *A obra é muito discutível, **mas** a atitude do bispo é indefensável.* (OESP, 21/12/07)

(02) ***Embora** o caráter protecionista da medida seja óbvio, seria ocioso bradar contra ela.* (FSP, 17/12/07)

Em ambos os casos, no primeiro segmento reconhece-se uma possível avaliação do interlocutor para, em seguida, fazer prevalecer a avaliação do locutor. Nas duas construções, a “preferência” (GARCÍA, 1994) se mantém em apenas um dos segmentos: em (01), o locutor pretende chamar a atenção para a atitude reprovável do bispo e, em (02), o locutor objetiva dar destaque ao fato de ser ocioso bradar contra a medida protecionista. A diferença

⁴ Apresentam-se, aqui (e no decorrer desta análise), os dados referentes às construções adversativas que trazem **identidade** de tipo textual nos segmentos.

é que, na concessiva, pela anteposição do segmento adverbial, antecipa-se que se fará objeção à primeira avaliação apresentada, reforçando-se, assim, o argumento defendido pelo locutor.

É interessante notar que, na maioria das concessivas com avaliação/opinião, o segmento adverbial vem na posição anteposta (em 68% e em 71% dos casos no cópulus inicial e de controle, respectivamente).

No entanto, a predominância da posição anteposta não parece estar relacionada somente à função textual, pois, do total de concessivas, 61% e 67% no cópulus inicial e de controle, respectivamente, aparecem na posição anteposta. A predominância dessa posição é decorrente, sobretudo, do gênero discursivo em que as concessivas estão presentes. Como diz Beltrão (1980), no editorial há que pensar como pensariam os opositores sobre o assunto discutido, antecipando-se às críticas e destruindo previamente as objeções que seriam formuladas do ponto de vista oposto. Assim, parece que a necessidade de antecipar-se às críticas levaria o editorialista a utilizar com mais frequência as concessivas com segmento adverbial anteposto, já que, por meio dessa ordem, é possível acionar a estratégia argumentativa de antecipação.

As adversativas, quando iniciadas por expressões avaliativas/opinativas (ou modalizadoras), também podem causar efeito de antecipação, como se vê nesta ocorrência:

- (03) *É verdade que as condições atuais – em termos de taxa média de juros e prazos – são melhores, mas ainda estão longe do ideal.* (FSP, 27/12/07)

Nas adversativas com antecipação, há diferentes “graus” de adesão do locutor ao argumento do interlocutor: além de *é verdade que*, identificaram-se expressões como *é evidente que*, *é claro que*, *é compreensível que*. Entretanto, a antecipação ocorre em apenas cerca de 7% das adversativas que trazem função de avaliação/opinião, o que se justificaria pelo fato de o segmento adverbial concessivo já ser uma forma “padrão” utilizada para fazer antecipação, dada a sua flexibilidade sintática.

Nas adversativas e nas concessivas, também não é rara a manifestação da função relativizadora,⁵ que está presente nestas ocorrências:

- (04) *O Brasil deveria seguir esse exemplo, mas sem recair no estatismo populista.* (FSP, 29/11/07)
- (05) *Nunca antes neste mundo, parafrazeando o presidente Lula, as condições materiais de existência de tantas centenas de milhões de pessoas mudaram espetacularmente para melhor em tão pouco tempo – embora os beneficiários desse salto quântico ainda sejam apenas mais ou menos 1/3 da população de 1,3 bilhão.* (OESP, 22/10/07)

Em ambos os casos há relativização, mas, em (04), ela aparece no segmento que traz argumento forte (no adversativo) e, em (05), no segmento que traz argumento fraco (no concessivo).

Espera-se que o papel de relativizar seja incumbido ao locutor, e não ao interlocutor. Assim, é de estranhar que a função relativizadora apareça no segmento concessivo, pois este traz argumento não defendido pelo locutor. O fato é que em (05) ocorre o que Gouvêa

⁵ Não se apresentam porcentagens atinentes à função relativizadora porque se considera que ela já implica a presença de avaliação.

(2002) chama de “mudança de posição de locutor”, caso em que a voz do locutor aparece, por estratégia, no segmento que traz argumento não defendido pelo locutor. Com essa mudança de posição, pretende-se dar mais ênfase ao rápido desenvolvimento da China do que às conquistas que ainda ocorreriam no país.

Assim, a opção pelo uso de uma construção concessiva com função relativizadora em vez de uma construção adversativa com essa função seria devida à necessidade de fazer prevalecer, por motivações particulares, a voz do interlocutor.

Por outro lado, quando há função constativa nos segmentos das adversativas (em 4% dos casos) e das concessivas (em 14% dos casos no *cópus* inicial e no de controle), pode haver mudança de posição do locutor nas duas construções:

- (06) *Com 25% das intenções de voto, [Marta Suplicy] está em empate técnico com Alckmin, mas vem dizendo que não disputará o cargo.* (FSP, 13/12/07)
- (07) *Embora nada disso esteja sendo feito, o embaixador Hugueney afirmou que “o Mercosul é prioridade absoluta para o Brasil, por isso a negociação tem de tornar compatível a liberalização multilateral com a integração regional”.* (FSP, 12/10/07)

Em (06), o locutor se posiciona no argumento fraco (no segmento inicial), que aponta para a conclusão de que Marta concorrerá à disputa. Esse posicionamento fica ainda mais claro quando se observa uma porção posterior do editorial, que traz a voz do locutor: *A verdade é que os três [candidatos] estão quase condenados a concorrer.* Em (07), a voz do locutor também aparece no argumento fraco (segmento concessivo), que aponta para a conclusão de que o Mercosul não tem sido tratado como prioridade. Pela verificação do trecho que acompanha essa construção concessiva (que traz uma observação do locutor), isso fica ainda mais claro: *O discurso [do embaixador] não comoveu os representantes do Paraguai e Uruguai, os outros membros plenos do Mercosul.*

Nesses casos, o locutor muda de posição para colocar em xeque de forma mais discreta a veracidade das afirmações feitas pelas pessoas entrevistadas. A diferença é que, em (07), utiliza-se a estratégia de antecipação.

Até aqui, tratou-se das funções textuais presentes nas adversativas e nas concessivas com tipo textual dissertativo. Acrescente-se que, no *cópus* analisado, há quatro funções que se manifestam, especificamente, nas adversativas (com tipo dissertativo): a justificativa (2% de ocorrências), a questionadora (2% de ocorrências), a volitiva (0,5% de ocorrências) e a preditiva (2% de ocorrências). Embora tais funções apareçam com pouca frequência, se somadas as porcentagens, elas totalizam cerca de 6% de construções adversativas. Acredita-se que a “ligação” frouxa presente na construção adversativa, decorrente da (relativa) independência entre os segmentos, favorece a presença de um maior leque de funções textuais.

A partir do que foi exposto, nota-se que as adversativas e as concessivas podem apresentar os mesmos tipos textuais e funções textuais, mas as particularidades das adverbiais concessivas (como a flexibilidade de posição sintática) influem para determinar a diferenciação entre estas e as adversativas no que diz respeito ao uso argumentativo.

Construções adversativas e construções concessivas: estatuto informacional

Na análise das adversativas e das concessivas em relação ao estatuto informacional, baseou-se, entre outros aspectos, no critério identidade x não identidade de estatuto nos segmentos de cada construção.

Nas adversativas, há identidade de estatuto nos segmentos em quase 80% dos casos (251 ocorrências). Nas concessivas, por sua vez, há identidade de estatuto nos segmentos em pouco mais de 72% dos casos (26 ocorrências). No *cópus* de controle, registra-se que há identidade em 75% dos casos (54 ocorrências), confirmando os dados obtidos no *cópus* inicial. Acredita-se que é menor o uso de construções concessivas com identidade de estatuto informacional nos segmentos porque, diferentemente do que ocorre nas construções adversativas, os segmentos se encontram em diferentes hierarquias, já que um deles atua como núcleo e, outro, como margem.

Visto isso, passa-se a tratar das diferentes possibilidades de correlação de estatuto informacional identificadas nas construções adversativas e nas construções concessivas.

Observa-se que a correlação entre informação não conhecida e informação não conhecida predomina nas adversativas (aparece em 74% dos casos, correspondendo a 232 ocorrências) e nas concessivas (aparece em 58% dos casos, equivalendo a 21 ocorrências). Os resultados obtidos no *cópus* de controle confirmam essa aproximação entre as construções estudadas: nas concessivas, a correlação referida se manifesta em 65% dos casos, correspondendo a 47 ocorrências. Isso já mostra que, no fluxo de informação, nem sempre se parte de uma informação conhecida para uma informação não conhecida. Acredita-se que é mais frequente a presença da correlação entre informação não conhecida e informação não conhecida porque, no editorial, prima-se pela concisão e pela brevidade. O editorialista procuraria evitar a reiteração de argumentos para que possa oferecer ao leitor um panorama geral do assunto em pauta.

Por outro lado, verifica-se que há uma maior porcentagem de adversativas que trazem a correlação entre informação não conhecida e informação não conhecida. Isso se explicaria pelo fato de essas construções aparecerem com mais frequência em partes do editorial nos quais há contextualização de fatos (ao contextualizar, trazem-se, em geral, informações que se supõe serem necessárias para que o leitor se situe).

Apresentam-se, a seguir, ocorrências de adversativas e de concessivas com correlação entre informação não conhecida e informação não conhecida:

- (08) [...] *Agora, o presidente fala em fim de novembro e em projeto mais simples, que muda muito pouco o sistema atual e não trata da guerra fiscal.*
Mas, também, mudar para quê? (OESP, 26/11/07)
- (09) *Lula, aliás, só toca no assunto quando provocado pela imprensa, embora seja certo que esse tipo de “provocação” lhe dá a maior alegria.* (OESP, 06/11/07)

No *cópus* analisado, constata-se que, quando está presente esse tipo de correlação, pode haver a função de adendo no segmento adversativo e no segmento concessivo, tal como ocorre em (08) e em (09). Essa função discursiva contribuiria para reforçar o argumento apresentado no segmento no qual ela está presente.

Pode-se argumentar que o adendo, por constituir informação adicional, não seria utilizado para colocar em destaque um argumento. No entanto, o fato de o adendo ser uma informação adicional não significa que essa informação não possa ter relevo; pelo contrário, em geral há relevo sugerido (como nos casos citados).

Até mesmo quando está presente no segmento concessivo, que atua mais caracteristicamente como fundo, o adendo não serve, simplesmente, como uma informação adicional. Parece que a necessidade de colocar em relevo um novo argumento (que se “sobrepõe” a outro argumento novo), por meio da utilização de adendo, explicaria a significativa frequência de concessivas pospostas com adendo (17% e 27% no *cópus* inicial e no de controle, respectivamente) nos casos em que está envolvida a correlação entre informação não conhecida e informação não conhecida. No *cópus* examinado, verifica-se, assim, que, especificamente quando traz adendo, o segmento concessivo funciona como figura, e não fundo, aproximando-se do comportamento do segmento adversativo, que atua frequentemente como figura.

Como se mostrou, nos casos em que a construção adversativa traz a correlação entre informação não conhecida e informação não conhecida, o segmento adversativo também pode funcionar como adendo. No entanto, acrescenta-se aqui que isso ocorre em apenas cerca de 2% das ocorrências.

Nota-se que o segmento concessivo posposto atua mais frequentemente como adendo do que o segmento adversativo, o que se explicaria pelo caráter de “realce” (HALLIDAY, 2004) do segmento adverbial concessivo. Como diz Decat (1993), estabelece-se essa função quando há necessidade de realçar, de emoldurar.

A correlação entre informação conhecida e informação conhecida também se manifesta nas adversativas (em 6% dos casos, correspondendo a 20 ocorrências) e nas concessivas (em 14% dos casos, equivalendo a 5 ocorrências). No *cópus* de controle, há 10% de concessivas, que equivale a 7 ocorrências. Quando há esse tipo de correlação, em geral se remete a argumentos centrais do editorial (argumento e contra-argumento), que constituem conclusão ou encaminham para a conclusão do editorial.

No *cópus* examinado, observa-se, ainda, que, quando não está envolvida a identidade de estatuto informacional, nas adversativas é mais frequente a correlação entre informação não conhecida e informação conhecida (em 14% dos casos, que correspondem a 43 ocorrências) e nas concessivas é mais comum a correlação entre informação conhecida e informação não conhecida (em 22% dos casos, que equivalem a 8 ocorrências). No *cópus* de controle, esse resultado se confirma: há 19% de concessivas, que correspondem a 14 ocorrências).⁶

Quando há correlação entre informação não conhecida e informação conhecida, o segmento adversativo, por vezes, apresenta conclusão, remetendo a argumentos centrais do editorial (defendidos pelo locutor):

- (10) [...] *manifestamos nossas dúvidas de que uma promessa que ele [Lula] já fez várias vezes, sem a preocupação de cumpri-la, seria cumprida agora. Aliás, não é só em questões tributárias que o presidente costuma dar o dito pelo não dito, com uma despreocupação que só se explica pelo estado de euforia em que vive.*

⁶ Quando há segmento concessivo intercalado, ele é considerado como primeiro segmento, pois, para saber se a informação do segmento nuclear é conhecida, deve-se ter todo o conteúdo desse segmento.

[...] *Deu tudo errado no projeto piloto [...] e se verificou que o plano não tinha pé nem cabeça num país onde a maioria das escolas não tem computadores. Nesse meio tempo, o Ministério da Educação [...] conseguiu que 80% dos estabelecimentos [...] repassassem regularmente informações sobre o comparecimento dos alunos. Mas, inebriado pela sua popularidade, Lula vai continuar prometendo, despreocupado com as possibilidades de cumprir.* (OESP, 28/11/07).

Uma das definições oferecidas em dicionário (BORBA, 2002) ao termo *conclusão* é *opinião definitiva*. Assim, é possível afirmar que a conclusão presente no segmento adversativo destacado em (10) deixa em ainda maior evidência o argumento defendido pelo locutor. Nas adversativas, a reiteração de informação especificamente no segundo segmento, que traz argumento forte, ocorreria para compensar o fato de que, nessas construções, dada a posição fixa do segmento adversativo, não se opera em geral antecipação, mecanismo que em si reforça o argumento defendido pelo locutor. Isso explica por que existe um número relativamente maior de adversativas do que concessivas que trazem a correlação entre informação não conhecida e informação conhecida.

Lembre-se de que, no *cópus*, a maioria das concessivas traz segmento adverbial anteposto. Quando está envolvida a correlação entre informação conhecida e informação não conhecida, 75% e 71% das concessivas no *cópus* inicial e no de controle, respectivamente, aparecem na posição anteposta. Reitere-se que, por meio da anteposição do segmento concessivo, já se reforça argumento defendido, não havendo a necessidade de destacá-lo por meio de outro mecanismo, como a reiteração de informação no segmento que traz argumento defendido.

A seguir, mostra-se um trecho em que a construção concessiva apresenta correlação entre informação conhecida e informação não conhecida:

- (11) *Nem os sinais de aceleração da economia americana, nem o dólar barato que desestimula as exportações, nem os juros altos [...] assustam a indústria brasileira. Seus investimentos estão crescendo e muitas empresas estão dispostas a investir ainda mais no próximo ano. [...] a indústria brasileira projeta um 2008 melhor que 2007.*

[...] *Embora não iniba os investimentos, a desvalorização do dólar está as empresas a mudar suas políticas.* (OESP, 03/12/07)

Em casos como esse, o segmento adverbial concessivo anteposto atua como fundo, guia, orientando novo conteúdo a ser apresentado por meio de resumo (do conteúdo apresentado anteriormente), por exemplo. Assim, a posição anteposta das concessivas favoreceria a retomada de informações: retomam-se informações para, em seguida, orientar novo conteúdo a ser apresentado. Tal fato justificaria a maior frequência da correlação entre informação conhecida e informação não conhecida, em vez da correlação entre informação não conhecida e informação conhecida, nas construções concessivas do *cópus* examinado.

A partir dos resultados obtidos, é possível fazer, ainda, outras observações gerais a respeito das construções em estudo. Os segmentos adverbiais apresentam informação conhecida com maior frequência que os adversativos: aqueles trazem esse tipo de informação em 36% dos casos (e em 50% das ocorrências no *cópus* de controle) e estes em 20% dos casos. Além disso, na maioria das vezes (em cerca de 69% e em quase 64% de ocorrências no *cópus* inicial e no de controle, respectivamente), o segmento adverbial que traz informação conhecida vem na posição anteposta.

Isso leva a pensar que, de certa forma, as concessivas e as adversativas podem, de fato, ser distinguidas em relação à dicotomia tema x rema, tal como propõe García (1994). Por outro lado, os resultados mostram que, na distribuição de informação, nem sempre se segue o princípio de ordenação linear, pois tanto nas construções adversativas quanto nas construções concessivas predomina a correlação entre informação não conhecida e informação não conhecida. Assim, pode-se dizer que, entre outros aspectos, o contexto de uso influi para a determinação do tipo de correlação presente nas construções em estudo.

Pelo que foi exposto, observa-se que as adversativas e as concessivas podem, de fato, ser distinguidas no que se refere a estes aspectos: distribuição de informação, relevo informativo, articulação tema/rema e funções discursivas.

Considerações finais

Neste trabalho, objetivou-se, com base na teoria funcionalista da linguagem, identificar as semelhanças e as diferenças entre as construções adversativas com *mas* e as construções concessivas com *embora*.

Na análise dos dados, verificou-se que tanto as adversativas quanto as concessivas são incluídas na lei da preferência, pois, nas duas construções, um dos argumentos apresentados se mantém: aquele que é defendido pelo locutor. Observou-se também que, por vezes, devido a motivações particulares, em ambas as construções pode haver mudança de posição do locutor, caso em que o argumento sobre o qual se mantém a preferência é o do interlocutor.

Além disso, notou-se que, apesar de as adversativas e as concessivas apresentarem tipos textuais, funções textuais e estatutos informacionais semelhantes, há diferenças entre essas construções, que são decorrentes, sobretudo, da natureza particular de satélite (margem), guia, realce, fundo e tema das adverbiais concessivas. Como se viu, as especificidades das adverbiais concessivas fazem com que sejam produzidos efeitos de sentido particulares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARMAÑANZAS, E.; NOCI, J. D. *Periodismo y argumentación: géneros de opinión*. Zarautz: Universidade del País Vasco, 2000.
- BELTRÃO, L. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BORBA, F. da S. (Coord.) *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.
- CAMARERO, M. G. Valores discursivos de las oraciones concesivas. *Linguística Española Actual*, Madrid, v. XXI, n. 2, p. 189-205, 1999.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 37. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1994.
- CHAFE, W. Cognitive constraints on information flow. In: TOMLIN, R. (Ed.). *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1987. p. 21-51.
- DECAT, M. B. N. *“Leite com manga, morre”*: da hipotaxe adverbial no português em uso. 1993. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

- DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Dordrecht-Holland, Cinnaminson-USA. Dordrecht-Holland. Providence RI-USA: Foris Publications, 1989.
- DUCROT, O. *Provar e dizer: leis lógicas e leis argumentativas*. Tradução de Maria A. Barbosa, Maria de Fátima G. Moreira e Cidmar T. Pais. São Paulo: Global, 1981.
- _____.; VOGT, C. De *magis a mais*: uma hipótese semântica. In: VOGT, C. (Org.) *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo Hucitec, 1980. p. 23-40.
- GARCÍA, A. L. *Gramática del español I: la oración compuesta*. Madrid: Arco Libros, 1994.
- GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1990, v. II.
- _____. *Syntax: an introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 2001, v. I.
- GOUVÊA, L.H.M. *Perspectivas argumentativas pela concessão em sentenças judiciais*. 2002. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- GUIMARÃES, E. Algumas considerações sobre a conjunção “embora”. *Português: estudos linguísticos*, Uberaba, Série Estudos 7, Faculdades Integradas de Uberaba, p. 41-57, 1981.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Arnold, 2004.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- LONGACRE, R. E. Sentences as combinations of clauses. In: SHOPEN, T. (Ed.). *Language typology and syntactic description: complex constructions*. v. II. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. P. 372-420.
- MARTELOTTA, M. A. Gramaticalização e grau de vinculação sintática em cláusulas concessivas e adversativas. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 2, p. 37-56, 1998.
- MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. A. The structure of discourse and ‘subordination’. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (Eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 275-326.
- McCLURE, E.; GEVA, E. The development of the cohesive use of adversative conjunctions in discourse. *Discourse Processes*, v. 6, n. 4, p. 411-432, 1983.
- NEVES, M. H. de M. *Gramática escolar da língua portuguesa*. No prelo.
- PRINCE, E. F. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (Ed.). *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981. p. 223-255.
- ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- TRAVAGLIA, L. C. Tipos, gêneros e subtipos textuais e o ensino de língua materna. In: BASTOS, N. B. (Org.). *Língua Portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo: EDUC, 2002. p. 201-214.